

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.413.419 - SP (2018/0327825-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A
ADVOGADOS : EDUARDO MONTENEGRO DOTTA - SP155456
DANILO LACERDA DE SOUZA FERREIRA E OUTRO(S) -
SP272633
AGRAVADO : K DE A C (MENOR)
REPR. POR : A M DOS S C
ADVOGADO : ELAINE CRISTINA DA SILVA E OUTRO(S) - SP262995

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 482, e-STJ):

Plano de saúde – Rescisão unilateral de contrato coletivo pela seguradora, com obediência aos termos legais - Admissibilidade - Seguradora que, no entanto, deve oferecer aos beneficiários do plano a migração para outro similar, em caráter individual ou familiar, sem o cumprimento de prazo de carência, mantidas as mesmas condições de cobertura e principalmente de preço, nos termos da Resolução nº 19 do CONSU e Resolução Normativa nº 254 da ANS, observando-se que enquanto não cumprida esta determinação os beneficiários continuarão usufruindo o plano coletivo - Recurso Adesivo da autora para majoração da Indenização – Provimento em parte ao recurso da ré e não provimento ao recurso da autora.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial, a agravante alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 186 e 927 do Código Civil.

Sustenta, em suma, que não tem a obrigação de oferecer a migração dos beneficiários a planos de saúde que não comercializa.

Requer o afastamento da indenização por danos morais ou, subsidiariamente, a redução do seu valor.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 562/566, e-STJ.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 577/578, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

A análise do dissídio jurisprudencial ficou prejudicada, uma vez que o recorrente não apontou os dispositivos legais alegadamente violados pelo acórdão recorrido.

Com efeito, nos termos da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, na interposição do recurso especial com base na alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, é preciso particularizar o dispositivo de lei federal violado para a análise da divergência jurisprudencial entre os acórdãos recorrido e paradigma. A falta desse pressuposto enseja deficiência na fundamentação e inviabiliza o conhecimento do recurso especial, em razão da incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. NECESSIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO DE LEI. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. A orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que não se pode inovar em apelação, sendo proibido às partes alterar a causa de pedir ou o pedido, bem como a matéria de defesa.
3. A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em razão da ocorrência da revelia ou da falta de impugnação é relativa. Para que o pedido seja julgado procedente, o juiz deve analisar as alegações do autor e as provas produzidas. Precedente.
4. O recurso especial fundamentado no dissídio jurisprudencial exige,

em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado o tema sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal. Se a divergência não é notória, e nas razões de recurso especial não há a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da divergência de interpretação à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1236675/GO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 14/12/2018)

Ainda que assim não fosse, verifico que o entendimento adotado no Tribunal de origem encontra-se em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual, “diante da rescisão do plano de saúde coletivo, os beneficiários possuem o direito de permanecer no plano de saúde, mantidas as condições anteriormente contratadas, desde que assumindo as obrigações dele decorrentes” (AgInt no AREsp 1179353/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 6/3/2018, DJe 9/3/2018).

Incide, no ponto, o óbice da Súmula 83/STJ, aplicável aos recursos interpostos com base em ambas as alíneas (AgInt no AREsp 720.037/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 3/5/2016, DJe 11/5/2016).

As instâncias ordinárias, à vista dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, reconheceram a existência dos danos morais indenizáveis. Salientou-se, na oportunidade, que a ruptura unilateral e indevida do contrato assinado entre as partes, às vésperas de uma séria cirurgia a ser realizada, ultrapassou os meros aborrecimentos, tendo causado abalo emocional e sofrimento à autora.

Transcrevo, nesse sentido, trecho da sentença (fls. 411/412, e-STJ):

A ruptura unilateral e indevida do contrato de seguro saúde transcende o simples aborrecimento. O evento certamente trouxe para a parte autora sofrimento e abalo emocional, ainda que

momentâneo e passível de reparação, pois indicou que a deixaria abruptamente desprovida de assistência médica e hospitalar necessária ao tratamento especializado da doença crônica que a acomete. Evidente, portanto, que não sofreu mero desconforto.

Vale dizer, a ocorrência do dano moral indenizável é patente, não sendo preciso muito esforço para se vislumbrar o abalo psicológico da parte requerente ao ficar na iminência de uma rescisão contratual enquanto possuía uma séria cirurgia agendada para dias depois.

Rever essas conclusões tomadas pelas instâncias ordinárias implicaria necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório, o qual é vedado nesta instância especial, consoante entendimento da Súmula 7 do STJ.

Também não deve ser acolhida a pretensão da recorrente de redução do valor arbitrado a título de danos morais.

De acordo com a jurisprudência do STJ, em regra, não cabe, em recurso especial, a revisão do montante dessa espécie de indenização. Apenas em casos excepcionais, quando identificada a estipulação de valores exagerados ou irrisórios, incompatíveis com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, é possível tal revisão.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL. PEDIDO DE REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO QUE SE ADMITE TÃO SOMENTE NOS CASOS EM QUE O VALOR SE APRESENTAR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O entendimento deste Sodalício é pacífico no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela. Isso, porque o valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nem é exorbitante nem desproporcional às peculiaridades do caso concreto, em que o dano moral decorreu da inscrição indevida do nome da parte ora agravada

em cadastro de inadimplentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 681.942/SC, Relator o Ministro Raul Araújo, DJe de 15/9/2015).

No caso, em que a indenização foi fixada em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), entendendo bem observados os padrões de razoabilidade e proporcionalidade, não se configurando situação cuja excepcionalidade justifique a intervenção do STJ.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

